

ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA

CIDADANIA EM TORNO DE UM NEOLOGISMO

JOSÉ LUÍS BORGES COELHO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2017



Nascido em Murça, em Outubro de 1940, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, José Luís Borges Coelho é, também, diplomado com o Curso Superior de Canto pelo Conservatório de Música do Porto (classe da Prof.^a Fernanda Correia), escola onde começou por estudar Composição, com Jorge Peixinho e Luís Filipe Pires.

Leccionou em diversas instituições dedicadas ao ensino especializado da música e do teatro (História da Música, Composição, Canto, Técnica Vocal, Direcção Coral e Prática Coral) e em várias escolas preparatórias e secundárias do Grande Porto (Português, História, Introdução à Sociologia, Introdução à Política).

Foi Presidente do Conselho Directivo do Liceu Alexandre Herculano, do Conservatório de Música “Calouste Gulbenkian” de Braga, Director Pedagógico da Academia de Música de Viana do Castelo e da Cooperativa de Ensino Superior Artístico “Árvore” (onde leccionou a cadeira de “Estudos Portugueses”, no Curso de Arquitectura) e presidiu ao Conselho Científico da ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo do Porto).

Convidado para congressos de diversa índole — profissionais, universitários — várias das suas comunicações foram publicadas, em papel e/ou na *net*, pelas respectivas organizações.

Tradutor e revisor da Lello (1965-1973), traduziu *Erasmus*, de Huizinga, para a Portugália Editora, *Autómatos, Automatismo, Automação*, de Pierre Deveux, e *Introdução à Didáctica da Escola Activa*, de Francesco da Bartolomeis, para a Livros Horizonte.

Integrou, entre 1975 e 1980, o primeiro Núcleo de Inspeção da Zona Norte do Ensino Secundário e desempenhou, mais tarde, as funções de técnico do Ministério da Educação para a área da música no GETAP (Gabinete do Ensino Técnico, Artístico e Profissional), responsável pela criação das escolas profissionais de música a cuja configuração curricular esteve intimamente ligado.

Dirige, desde a fundação, o Coral de Letras da Universidade do Porto (1966) e o *Ensemble Clepsidra* (2006), tendo orientado, por períodos mais ou menos dilatados, vários coros com história na Cidade do Porto.

CIDADANIA EM TORNO DE UM NEOLOGISMO

José Luís Borges Coelho

Ficha Técnica

Título: ***Cidadania: em torno de um neologismo***

Autor: ***José Luís Borges Coelho***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2017***

Coleção: ***Orações de Sapiência***

Execução Gráfica: ***Invulgar - Artes Gráficas / Penafiel***

Tiragem: ***250 exemplares***

Depósito Legal: ***435349/17***

ISBN: ***978-989-54030-3-5***

* Foi respeitado o texto enviado pelo autor, que não segue o Acordo Ortográfico.

Nota de abertura

Dando continuidade à série *Orações de Sapiência*, publica-se o texto da “lição” proferida pelo Maestro José Luís Borges Coelho, na Abertura Solene do Ano Letivo, no dia 19 de outubro de 2017. O convite ao nosso autor para proferir a oração de sapiência, no ano em que a Universidade o agraciou com o título de Doutor *Honoris Causa*, ocorreu por razões que dispensam qualquer justificação. José Luís Borges Coelho tem uma longa ligação à Faculdade de Letras, não só pela formação humanística que obteve na licenciatura em História (1968), mas também pelo facto de ter fundado, em 1966, o Coral de Letras, organismo que há mais de meio século projeta o nome da Faculdade e da Universidade do Porto em Portugal e no estrangeiro. Na proposta de atribuição do título de Doutor *Honoris Causa*, que lhe foi concedido pela Universidade do Porto no passado dia 3 de julho, foi justamente invocado o “incansável trabalho, de excepcional qualidade” desenvolvido na direção do Coral de Letras, “que fundou, divulgando e promovendo a Universidade do Porto a nível nacional e internacional, há mais de 50 anos”.

A oração de sapiência tem como título *Cidadania - em torno de um neologismo* e suscita uma interessante reflexão sobre a intervenção cívica (ou a falta dela) que os tempos modernos reclamam, evocando princípios e valores éticos que vão escasseando e que urge não alienar. A Universidade é, por excelência, um *locus* de formação cívica e a Faculdade de Letras, uma escola de Humanidades, é-o por maioria de razão. Só podemos estar gratos ao nosso orador por não nos deixar esquecer esta dimensão humanista e socialmente implicada do exercício da cidadania.

Pela disponibilidade prontamente manifestada para acolher o nosso convite e pela instigante, crítica e bem-humorada intervenção com que nos brindou, quero, em nome da FLUP, expressar ao Maestro Borges Coelho a nossa gratidão.

Fernanda Ribeiro

Diretora da FLUP

Cidadania - em torno de um neologismo

José Luís Borges Coelho

5

*Poder-se-ia proferir uma lição, mesmo inaugural,
sem nos questionarmos com que direito: a instituição
existe para afastar esta interrogação (...)*

Pierre Bourdieu

...ne supra crepidam sutor judicaret

Plínio - o Velho

Ou

Não vá o sapateiro além da chinela

Dito popularizado

[Num longo parêntesis que me começa o discurso tentarei, de algum modo, situar-me, ou, para o dizer sem eufemismos: pôr-me no meu lugar. Introduzirei nele, ainda, os prolegómenos que se me apresentaram mais à feição para me acercar do meu anunciado tema. Numa coisa e noutra, levarei duas gordas páginas da vossa paciência!... (e, ai de mim! o que daqui sair atentará, decerto, outras vezes e doutras formas, contra a compostura própria destas situações e destes lugares.)

Entendi dar ao texto que já vou 'arrastando' duas epígrafes: constitui a primeira um pequeno excerto de um livrinho de Pierre Bourdieu que traz a lume o discurso proferido pelo sociólogo em condições semelhantes àquelas em que me encontro neste momento, e a segunda o célebre dito de Apeles, tal como o relata, séculos volvidos, Plínio - o Velho, na sua *História Natural*. Apresento-as, por essa ordem.

A primeira:

Poder-se-ia proferir uma lição, mesmo inaugural, sem nos questionarmos com que direito:

a instituição existe para afastar esta interrogação (...);

a segunda: Ne supra crepidam sutorjudicaret
popularizada entre nós no

não vá o sapateiro além da chinela.

Aliviado, enfim, mergulho:

Sapientia, ou seja: o que, numa Casa como esta, se busca, afanosamente (porque uma sabedoria outra, ingénita, destinada a monitorizar o processo, a todo o momento nos diz que ainda não sabemos), a *sapiência*, enfim, que aqui se persegue fica-se, as mais das vezes, por aí: pela demanda, feita toda de fragilidades, e, assim, de humanidades – dos “inutensílios” de Isabel Pires de Lima¹, Emérita Professora Doutora da nossa Universidade, que colheu a ideia deles no poeta brasileiro Manoel de Barros e aqui, neste mesmo lugar, sobre eles sabiamente perorou, dois anos atrás. Pode ser que daí, do cultivo aturado de tudo isso – do cultivo e da acumulação – venha a surgir, lá muito para diante, já bem no ocaso, para alguns eleitos, de entre os que souberam manter acesa a ânsia de *procura* e lhe alargaram continuamente o âmbito, de modo a ‘provarem’, no limite, dos saberes todos (ou dos sabores?), dum afã assim continuado pode ser que venha, lá muito no fim, esse supremo refinamento – essa aura crepuscular que coroa as fragilidades todas, a conjugação inteira dos saberes e é o supra-sumo da sabedoria, a *vera sapientia*: a ‘sabedoria da velhice’. Raros, muito raros, são os que se chegam a ela cedo. E não!... não ignoro que velhos sábios se contam pelos dedos; que, de loucos, é a multidão. Qual *sapiência*?

O que me impõe, à cabeça, a confissão: resumem-se a bem pouco as humanidades a que me tenha dado, nos anos mais recentes – a alguma música, e a algum envolvimento na *πολις* (*pólis*). Isto é: a um culto (recatadíssimo) do *belo* e ao (não mais ostentoso) do *bom*. Muito dificilmente se me distinguem: o *belo*, em abstracto e no concreto da actividade que venho prosseguindo, representa-se-me *bom* (ou eu o procuro fazer assim); e o mesmo se passa com o *bom* relativamente ao *belo*. Cunho grego há-de isso ser! Subsistente, das maneiras mais díspares, em todos nós – julgo. A mim, vêm-me da juventude já, esses cultos ambos. Eixos de conduta se tornaram, demandas também: caminhos que, caminhando, tenho ainda a felicidade de poder continuar a fazer.

¹ Lima, Isabel Pires de, O tempo dos ‘inutensílios’: o lugar das humanidades na contemporaneidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2015.

Foi assim, a caminhar (no exacto sentido daquele verso célebre² de António Machado) que tropecei, em circunstâncias que não virão aqui chamadas, com o tema que hoje, mais por loucura que por sabedoria, cismeï trazer-vos: *Cidadania – em torno de um neologismo*. Uma espécie de revisitação, numa formulação renovada, depois de muito ruminada. Nada, enfim, que seja completamente estranho ao processo de aproximação aos saberes: ruminação sobre ruminação. Qual *Lição*?

A expressão “em torno de”, que antepus a “um neologismo”, no título anunciado, quis ser o véu do qual começasse, acto contínuo, a levantar uma ponta e a desenhencilhar-me. Para o que me bastaria desfiar uns quantos títulos que eu mesmo, penosamente, fui descartando, depois de muito remoidamente os ter elucubrado.

Assim: *Da Cidadania – sucesso de um neologismo que veio para domesticar a Política*;

Outro: *Cidadania – neologismo para “domação do cidadão”* (a este, cheguei a dar-lhe subtítulo: o “dá-e-tira”, na política).

Mas, apareceram-me – e tentaram-me – formulações bastante mais explícitas (impossíveis de longas): *Cidadania – neologismo para um ‘concentrado’ do receituário político que reúne, combina, amalgama todo ‘aquele’ conjunto de ‘abstracções’ próprias e infalíveis para refrear, amolecer, desactivar os mais irrequietos dos de baixo*.

Paro por aqui. Ao discurso cabe despertar curiosidades e não outra coisa. Longe dele pôr mentes de pé-atrás; a olharem-no de soslaio; dar ao ‘contraditório’ vontade de lhe saltar em cima! Este não é o lugar!

Discorrerei, enfim, em torno d’isso, sem a pretensão de ‘ter descoberto a pólvora’ e esperando bem que me não levem a falação à conta de impertinência da idade. Ínvio é já – concedo – este modo como anuncio o meu tema e o começo. *Cidadania* – está-se já a ver – não é palavra que concite por aí além as minhas simpatias. (O vocábulo – claro! – não, evidentemente, se inclusivos, os bons conceitos que lhe andam associados.)

Explico-me pelo princípio, isto é: dou-vos conta das perplexidades com que se pode confrontar uma ‘criatura’ minimamente instruída, minimamente atenta ao mundo, quando desafiada para situações como a vertente (e lá fechei o parêntesis! uf!!!):

² *No hay caminos, hay que caminar*. Luigi Nono diz ter encontrado a frase em Toledo, inscrita numa parede dum claustro do século XIII. Duas das suas últimas obras reflectem a impressão que a inscrição lhe causou. Na primeira (1987), o título reproduz-la *ipsis verbis*; a segunda (1989) – “*Hay que caminar*”, *soñando*, revela que o Compositor encontrou como continuar a fazer caminho.

Etimologicamente, *cidadão* chega-nos de *cidade*. Exactamente como *vilão* nos chega de *vila*.

De *cidadão*, sujeito que desde a Revolução Francesa se supõe portador de todos os direitos consignados na célebre *Declaração* que ficou para a Humanidade como o legado mais precioso da França revolucionária, de *cidadão* — dizia — veio a extrair-se, sobre o tarde, séculos volvidos, *cidadania*, vocábulo que, a páginas tantas, já bem no nosso tempo, deu em entrar em moda. (Não sei se por aumentar, se por reduzir o alcance do que se contém numa outra, ainda mais célebre declaração que intentava traduzir o anseio dos povos, no pós-guerra: a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Bem!...: intentava traduzir ou intentava conter, no sentido de lhe frear o ímpeto. Tê-la-ão redigido já com o intuito de o esvaziar? de travar *in ovo* a movimentação das massas? Dependerá — sempre — da perspectiva. Admitamos, enfim, que traduzia. E, até, que os seus redactores almejavam, lididamente, a aplicação plena do que se contém em cada um daqueles 30 artigos... Facto é que, 72 anos volvidos, olhamos o mundo e não se vê grande coisa.)

De modo que me lembro perfeitamente de ter dado alguma sorte, quando o ‘neologismo’ desatou a atapetar certos discursos de poder em busca de arejo, a atirar para o ‘modernaço’. Ou, como agora se diz: para o ‘politicamente correcto’. Há-de-lhes ter chegado pelo viés do discurso académico, da área das sociologias que, por sua vez, desconhecendo — tudo o leva a crer — o uso do termo, entre nós, durante a Primeira República, me cheira a que o traduziram do inglês. (A ideia da palavra “veio-lhes pelo paquete” — diria o *Ega...* Mas, montaram-na cá, com material de cá, português de lei).

Só que — reparo — é *vilania* o nome abstracto que, pelo mesmíssimo processo linguístico (nome concreto + sufixo), há séculos³ se extraiu de *vilão*, enxuto vocábulo, ilustrado por muito cavaleiro assim dito; e de *vilania* nos servimos para designar todo o cortejo de indignidades de que o ser humano é capaz. Designadamente, daquelas que podem virar do avesso o gozo singular — e o colectivo — da dita *cidadania*. A maioria e as mais persistentes das quais as perpetradas por “gente de bem”, influente, por *cidadãos* de alto gabarito que a economia e a política, sua serva para todo o serviço, guindaram a lugares de comando, do alto dos quais não se esquecem (nem se cansam) de brandir a dita *cidadania...* com a mais deslavada *vilania*.

E de *aldeão*, por seu turno, não consta que alguma vez se tivesse originado nome abstracto de idêntica compleição. Do quadro campesino, que *aldeão*

³ “Séc. XIII: <<Non mh o tenhades uos por *uilania*>>, Ayra Nunes, no C. B. N.” in Machado, José Pedro, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977.

supõe, vêm-nos termos como *rural*, *rústico* (do latim *rus / ruris*), e bem assim *ruralidade*, *rusticidade*. Que opomos a *urbanidade* – vocábulo antigo, latino de gema também, (pois tem a sua raiz em *urbe*, de *urbem*, acusativo de *urbs / urbis*, outro termo para cidade, depois de o ter sido para Roma – a urbe por antonomásia, desde Rómulo e Remo, ou seja: *ab urbe condita*⁴).

Estes últimos vocábulos (*urbanidade*, *rusticidade*) situam-nos, porém, no domínio dos comportamentos em sociedade, os quais, portuguesamente falando, de modo algum se confundem com o que queremos dizer quando falamos de comportamentos sociais. E, curiosamente, *urbs* tinha mais o sentido de cidade fortificada, o que, em muitas ocasiões, não faria dela o espaço mais propício aos mais *urbanos* dos comportamentos ...

No domínio, ainda, dos comportamentos em sociedade, a um amigo, que não quis que o nomeasse, fico a dever a lembrança de mais um: *cortesia* (de *cortês*), um quase sinónimo de *cortesania* (de *cortesão*), mais à feição, este, do que se vem vindo a dizer (a seguir a *vilão* e a *cidadão* só podia tomar-se *cortesão*).

Cortesantias? Cortesias? Sente-se-lhes o exterior polido e largouço a nadar por sobre um interior vazio e fátuo, se não falso e malsão; o que lhes sobra em *politesse* (não ia lá sem o francês), falta-lhes em autenticidade. Mas, é deles (ou delas?) o topo duma pirâmide imaginária dos comportamentos em sociedade (*rústico* → *urbano* → *cortês*), pirâmide perfeita para representar, na mesma e exacta medida o valor da autenticidade.

Cortesias? Ficam bem nos cavalos... Quanto mais garbosos os cavaleiros melhor!

Retomando o fio à meada, foi a Grécia Antiga que inventou o *cidadão*: *πολίτης / πολίτου* (*polítes / polítu*); como, aliás, o *político*: *πολιτικός* (*políticòs*) – ambos por derivação de *πολις* (*pólis*); embora a cidade por excelência – Atenas – se referisse por um vocábulo próprio *αστυ / αστεως*. (Ainda aqui, os romanos não foram nada originais).

Asto chegou ao português. Vem registado no *Huais* justamente como sinónimo de cidade. Tem contudo outras acepções e até de sentido diametralmente oposto: tanto pode significar “sem malícia”, “puro”, “sincero”, “desinteressado”, como “astuto”, “sagaz”, “manhoso”, “hipócrita” ou, enquanto substantivo, “manha”, “astúcia”; “habilidade”, etc., – Elucidativo... (Ah!... José Pedro Machado coincide com Antônio Huais, no estrito ponto da sinonímia antitética.)

Voltando ao *πολίτης* (*polítes*) grego, para o colocar, lado a lado, com o “cidadão” dos nossos dias, ocorre verificar que o paralelo não é de molde a inundar-nos de felicidade. Desde logo porque o grego não só tinha o direito

⁴ Título da obra célebre, de Tito Lívio.

como participava na “*vida política da cidade*”, ou seja: exercia mesmo a *πολιτεία* (*politeía*); e até era remunerado por isso. A língua grega, aliás, tinha, para além do substantivo concreto e do abstracto, o verbo — *πολιτεύω*, pelo qual significava isso mesmo: o “ser cidadão”, “viver como cidadão”, isto é, “participar no governo”, “governar”. Acontece que entre as várias acepções de *πολιτεία*, substantivo abstracto, o meu Dicionário de Grego regista: “direito de cidadão” e também “modo de vida do cidadão”, para além de “política” — e sublinho “política” — “administração do Estado”, “constituição do Estado”; também, simplesmente, “Estado”; e até “democracia”. Ou seja: o certamente excelente especialista em grego clássico e — presumo — não menor cultor da sua língua materna, que era o jesuíta Isidro Pereira, ainda em 1961 não traduzia “*πολιτεία*” por *cidadania*, o que agora parece ser corrente.

Cidadania, para tudo dizer, não é outra coisa senão a mesma concreta Política.

É certo que, da política, se excluíam, liminarmente, na Grécia Antiga, as mulheres, os estrangeiros e os escravos, coisa em que, afinal — pensar-se-á —, os tempos modernos (com essa novidade da *cidadania*) lhe levam largamente a palma.

Mas, a minha segunda embirração com o termo vem justamente da observação de que a Humanidade não avançou assim tanto e até, em certo sentido, regrediu. Desde logo, porque se cindiu em dois o conceito primordial: a um lado a *política*, do outro a *cidadania*; *política*, para os oficiais desse ofício; *cidadania*, para os outros, para os que, de tempos a tempos, são chamados a respaldá-los nas urnas. Claro que não estou a insinuar que os políticos no poder deixam de se considerar cidadãos. Os mais excelsos até... O que não significa que não se estejam nas tintas para os outros. Enfim, quase sempre...: excepções há, nos poderes de proximidade.

Em que é que se avançou?

Entre nós, ganharam-se, muito recentemente, muito a custo e não em toda a linha, as mulheres...; quanto à escravatura, que anda não raro associada às outras exclusões de lei na antiguidade grega (como é o caso dos estrangeiros, dos imigrantes), mudou de processos, mas, está bem longe de ser assunto arrumado. Refinou. Se atentarmos bem, encontramos-la por toda a parte, ainda nos lugares mais insuspeitados. E não é preciso irmo-nos aos imigrantes. Bem recentemente, fez a ‘*manchete*’ da ‘comunicação social’, mais que insuspeita em assunto de tanto melindre. A força de trabalho é ourinho de lei: está sempre na mira dos glutões — dos costumeiros ou dos adventícios... Do Japão, acaba de nos chegar a notícia de que há quem por lá morra de excesso de trabalho. *Karoshi* (o termo para isso: ‘morte por excesso de trabalho’) ameaça fazer carreira.

Assim vai o “*desenvolvimento social*”, essa outra ‘abstracção’. *Cidadania*?

De todas as vezes que notícias sobre o estado da Nação põem a nu que uma franja não despidianda de trabalhadores activos (passa do milhão) são objectivamente pobres — e não metem aí a turba multa, variegada, dos imigrantes, e a dos que, outra vez, são forçados a emigrar —, de que falamos?

O que é a “violência invisível” da progressiva aceleração em que a contemporaneidade vive mergulhada⁵? Isabel Pires de Lima reclamava, desta tribuna, em 2015, o ‘lugar’ do ‘intervalo’. Nele, mais que em nenhum ‘lugar’/tempo, projectava o tempo de reflectir, o tempo de interpretar, o tempo da criatividade — dos “inutensílios”, então. E o da família? Dos amigos? Da fruição das artes? Das práticas amadoras do mais variado tipo? Do *dolce far niente*? “Inutensílios” sobre “inutensílios”! Mas, quem não dispõe dum “intervalo” assim, o que é? ‘Dever’? É mais doce ser escravo do ‘dever’? De si próprio? E o “tu podes”, no cerne da tal aceleração, não escraviza?

Eu sei: *aux armes, citoyens!* — o acesso das massas aos direitos fundamentais foi uma conquista da Revolução Francesa. Aliás, o ‘José Pedro Machado’ Etimológico, que descortina o *cidadão*, em Portugal, numa data tão longínqua quanto o é 1361, regista, estribado no brasileiro Antenor Nascentes⁶, que o “sentido moderno” do termo nos deve ter chegado de França, onde emergiu cerca de 15 anos antes da Tomada da Bastilha; e, “a propósito”, transcreve a sua fonte. No que o imito, transcrevendo a transcrição, saborosíssima (*Nasc. I,s.v.*):

Data (o sentido moderno do vocábulo) dos primeiros dias do mês de Outubro de 1774 e apareceu em circunstâncias curiosas. Beaumarchais, tendo sido processado por um conselheiro de Paris, advogou em pessoa sua causa diante do Parlamento e fez um apelo à opinião pública. «*Eu sou um cidadão*, disse ele; *não sou nem um banqueiro, nem um abade, nem um cortesão, nem um favorito, nada daquilo que se chama uma potência; eu sou um cidadão, isto é, alguma coisa de novo, alguma coisa de imprevisto e de desconhecido em França; eu sou um cidadão, quer dizer, aquilo que já devíeis ser há duzentos anos e que sereis dentro de vinte talvez*».

(Não foram precisos tantos: os tempos estavam maduros.)

O discurso de Beaumarchais teve enorme retumbância. A datar deste momento o título de cidadão foi adoptado por todos os espíritos

⁵ Lima, Isabel Pires de, *ibid.*

⁶ *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* por Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, 1932.

liberais, por todos os homens de iniciativa preocupados com o interesse social” – conclui Nascentes.

Mas, não sendo o cidadão “uma potência” – para usar a expressão do Dramaturgo – isso significava também, em termos objectivos, que era completamente nula a sua intervenção no governo da cidade. Ou seja: prosápia à parte, o “cidadão” Baumarchais, descontado o impacto político da sua obra, que estará longe de ter sido despiciendo, era menos que o anónimo cidadão de Atenas dos séculos V e IV a. C.

Ora aí têm. Por mais que nos empolgue esta certidão de nascimento do sentido moderno da palavra, no que ela encerra de rasgo, de desassomburada afirmação de si, de grandiloquente profissão de fé numa ideia, de desbordante autoconfiança, sendo o relato omissivo relativamente ao que, em substância, ia na cabeça do Dramaturgo, designadamente no que se refere à definição do conceito e à extensão social da aplicabilidade da novíssima condição de que se reclamava (apenas e curiosamente dele excluía tudo o que cheirasse a “uma potência”), é claro o afunilamento que, em plenos anos trinta do século XX, dele extraía o filólogo do País Irmão. Repito as suas palavras: “*a datar deste momento o título de cidadão* (sublinho título, mas podia sublinhar a frase toda) *foi adoptado por todos os espíritos liberais, por todos os homens de iniciativa preocupados com o interesse social*”.

Nada, portanto, que sugira, por então – recorde: anos trinta do século XX – a aplicabilidade a que aspira nos dias de hoje.

Ou seja (recuando): os *citoyens* que andavam na cabeça de um Rouget de Lisle podem, em boa verdade, ter muito pouco a ver com os *citoyens sans culotte* que elevaram a *Marselhesa* a hino da França.

Cidadania – repete-se – é vocábulo de extracção e uso muito recente. O meu opulento *Rodrigo Fontinha* (o revisto pelo Dr. Joaquim Ferreira, nos anos 60), não o regista.

Não o regista também a 3ª edição do Dicionário Etimológico de José Pedro Machado (5 vol.) de 1977.

Coordenada pelo mesmo José Pedro Machado, a 2ª edição d’O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1981, já o regista e dá-lhe duas acepções: “qualidade de ser cidadão”, a primeira (que aparenta interessar ao que se vai dizendo), e “título honorífico com que uma cidade presta homenagem a personagem importante, considerando-a como um dos seus filhos”.

Contudo, é já nos nossos dias que o termo dá em entrar em pleno uso.

No recente Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (de 2001), *cidadania* vem como sinónimo de *nacionalidade*. Por extenso: “Condição ou qualidade de cidadão, membro de um estado, de uma nação..., no pleno gozo dos seus direitos políticos, cívicos e deveres para com esse estado ou essa nação”. [Magno problema é quando o *estado* está contra a *nação* ou a *nação* contra o *estado*. Ocorre-me que a *cidadania* do discurso do poder nem sempre se dá bem com a *cidadania-nacionalidade*. Por outras palavras: a *nacionalidade* catalã descobre a careca aos discursos dos políticos: *cidadania* ‘pràqui’, *cidadania* ‘pràli’... “Ao dar delas é que se vê!” *Cidadania?* Pode rachar ao meio o próprio *cidadão*!

É ‘por essas e por outras’ que não falta quem se autoproclame *cidadão do mundo*. Gente que não se revê na *cidadania* do seu lugar de origem, nem na de mais nenhum; e que anda a sonhar com a *cidadania global*. Mas, onde entra o *Homo globalis* (Carlo Strenger) na questão catalã?]

Retomo a ronda pelos dicionários:

O que dá ao vocábulo o mais largo leque de sinónimos — o *Huaiiss* (6 vol.), de 2002, descortina-o no *Cândido de Figueiredo* de 1913, o que — reconheça-se — tem que significar circulação anterior, republicana provavelmente, suficiente para ser julgada digna de registo.

Mas, já em 2007, o *Dicionário Huaiiss de sinónimos e antónimos*, ainda se contenta com “nacionalidade, origem, procedência”.

Seja como seja, a polissemia da palavra é manifesta; e da maior abrangência a carga significativa que lhe anda hoje associada, no discurso político e cidadão. Só que, também aí, bem vistas as coisas, não encontramos novidade nenhuma: ao menos desde a Grécia Antiga, tudo aquilo que a palavra carrega, nesses discursos, anda colado ao quotidiano das pessoas, por inclusão ou por exclusão.

A adopção recente do vocábulo, sobretudo no discurso do poder, parece ser — coloco-o, naturalmente, como hipótese — qualquer coisa como uma alternativa *soft* (desculpem o inglês), de contornos difusos (pós-moderna?!), para algo bem mais forte, bem mais incomodativo, que aqui designarei por ‘envolvimento cívico’. Envolvimento cívico que, seja qual seja a área em que se aplique, é, sempre, mas o que se diz sempre, po-lí-ti-co, já que, em última análise, é a *Πολις* (*Pólis*), no seu sentido mais amplo, que dele colhe benefício. Ou vitupério. Pressupondo eu que ninguém se envolve civicamente se não se achar respaldado por um conjunto de direitos que lhe assistam como o ar que respira, ou, em caso contrário, catapultado pelo profundo sentimento de injustiça que a privação deles representa.

Cidadania soa-me mesmo muito mais *soft*, muito mais anémico que *cidadão*. Eh! Cidadão! — Isso sim, tem força! *Cidadania*... *cidadania* não. É

qualquer coisa de esbatido, de desfocado. Representa-se-me como se, bem ‘traduzida’, significasse: – tens os teus direitozitos, trata lá de os estimar, mas não te metas “nisto”. “Nisto” é aquilo que só aos políticos no poder – e à economia sua mandante – diz respeito.

Há uma boa meia dúzia de anos, *Cidadania* tornou-se matéria de ensino/aprendizagem em contexto escolar. De ensino generalizado? Nããão! Disciplina ministrada em cursos de 2ª oportunidade, destinados a quem soçobrou irremediavelmente nos de 1ª.

Ora, eu imaginava que a intervenção na coisa pública, em qualquer domínio que seja – a realização em plenitude da condição humana, em suma – era algo que se aprendia fazendo, metendo as mãos na massa, e desde muito cedo, como – julgo – há-de ter acontecido com todos quantos me escutam.

E dou por mim regressado aos tempos em que, a páginas tantas, tinha uma disciplina de *Urbanidade* ou de *Civilidade*, na qual, entre outras magnas coisas da etiqueta, se ensinava como comer com faca e garfo, sem os instrumentos respectivos...

Como alegoria desta *cidadania* que por aí anda, ou por aí se transmite, ou por aí se quer, não há melhor.

No refeitório, aonde a turma, por coincidência, se dirigia logo a seguir, faca foi coisa que nunca passou pela cabeça de ninguém colocar na mesa... Já viram o que seriam duzentas e tantas facas nas mãos de outros tantos jovens, mesmo num regime de reclusão beata?...

Já viram o que era a massa inteira da população do orbe a empunhar em riste a absoluta legitimidade da sua condição de *cidadão*?

Eu sei: uma já vasta literatura do âmbito das ciências sociais consagrou plenamente, a partir do mundo anglo-saxónico, o termo *cidadania*. *Citizenship*. Soa quase a *cidadão-carneiro*... (então na minha pronúncia...)

Foi / é tanta a “oportunidade” (entre comas) do neologismo, que o vocábulo galgou de imediato a sua condição linguística de recém-chegado e, da noite para o dia, tomou ares da vetustez mais creditada.

Por essas e por outras (e as outras são, só!... o essencial, ou seja: a aplicação plena de tudo quanto o vocábulo transporta), por essas e por outras, enfim, hei-de considerar que a palavra revela possuir contornos de operatividade que lhe pressagiam vida longa (até pelo sistemático, aliás, infindável adiamento do essencial...).

Tenho que admitir que sim, apesar duma notável enciclopédia temática como o é a *Einaudi* também não registar uma só ‘entrada’ sob essa concreta designação. O que é obra! Tanto mais que não falta, em qualquer dos seus 43 volumes, matéria que o vocábulo *cidadania* se farta de subsumir. Compulsando-os, *em diagonal*, é difícil quantificar quantos deles estão mais

imediatamente implicados na problemática cidadã. Alguns títulos:

- Memória – História
- Local – Global
- Anthropos – Homem
- Modo de produção – Desenvolvimento – Subdesenvolvimento
- Estado – Guerra
- Homo – Domesticação – Cultura Material
- Política – Tolerância/Intolerância
- Produção – Distribuição – Excedentes
- Tempo – Temporalidade
- Vida/Morte – Tradições – Gerações
- Sociedade – Civilização
- Direito – Classes
- Capital

15

Um tanto à sorte, colho um. Sai-me “Região”. Não parece o mais óbvio. Abro-o, sensivelmente a meio (pág. 206). Leio:

Resumindo, pode dizer-se que se hoje se deve falar de desenvolvimento da democracia, ele não consiste, como amiúde se diz, erroneamente, na substituição da democracia representativa pela democracia directa (substituição que é, de facto, impossível nas grandes organizações), mas na passagem da democracia na esfera política, quer dizer, na esfera em que o indivíduo é entendido como cidadão, à democracia na esfera social— apetece sublinhar a passagem — na passagem da democracia na esfera política, quer dizer, na esfera em que o indivíduo é entendido como cidadão, à democraciana esfera social, onde o indivíduo é entendido na multiplicidade dos seus estatutos, por exemplo de pai e filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante, e inclusivamente de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gerente de serviço público e de utente, etc.; por outras palavras, na extensão das formas de poder ascendente, que até agora ocupara quase exclusivamente o campo da grande sociedade política (e das pequenas associações voluntárias amiúde politicamente irrelevantes), ao campo da sociedade civil nas suas diferentes articulações, da escola à fábrica.

Chega como tópico. Título da ‘entrada’: Democracia/Ditadura. Outras entradas:

- | | |
|--------------------|---------------------|
| - Pacto | - Estado |
| - Poder/Autoridade | - Nação |
| - Poder | - Fronteira |
| - Norma | - Impérios |
| - Constituição | - Armas |
| - Sociedade civil | - Guerra |
| - Público/Privado | - Tática/Estratégia |

Terei acertado em cheio? De que se ocuparão os outros volumes? Discursos concêntricos? Seguramente que não. Ou, pelo menos, nem sempre. Vasculho. Palavra que não consigo encontrar *cidadania*! Data de impressão: 1989. Vou-me ao último dos volumes que me pareceram ser chamados ao caso: “Capital” (Vol. 40). Data de impressão: 2001. Leio, de novo, agora do princípio:

Um negro é um negro. Só em determinadas condições se transforma em escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Só em determinadas condições se transforma em capital. Subtraída a essas condições, ela não é capital, do mesmo modo que o ouro em si e só por si não é dinheiro, e o açúcar não é o preço do açúcar.

Havia logo de me ter saído Marx... Não fiz de propósito, palavra! Mas, não tem que ver, nada disto, com *cidadania*, apesar de, ainda aí, não haver meio de o vocábulo saltar? Façamos o exercício, recorrendo apenas aos títulos de boa parte das entradas:

- *Capital* e cidadania. Ou vilania? (pano para mangas...);
- *Acumulação* e cidadania; Ou vilania? (paano para mangas...);
- *Distribuição* e cidadania (paaano para mangas...);
- *Gestão* e cidadania (paníssimo para mangas...);
- *Fábrica* e cidadania (mangas e mais mangas...);
- *Empresa* e cidadania (o que aí vai de pano...);
- *Crise* e cidadania (toda uma fábrica de tecido...);
- *Mercado* e cidadania (quanto pano para dobar; ou desdobar, tanto dá...);
- *Valia/Mais-valia* e cidadania (várias unidades industriais de tecelagem);
- *Salário* e cidadania (a própria história da indignidade humana, não há mesmo fábricas que lhe valham);
- *Lucro* e cidadania... Ou vilania?

A questão crucial da *cidadania*, pacientes ouvintes, caros professores, caros estudantes, encontra-se incontornavelmente a montante da possibilidade do

seu exercício: no reconhecimento, em toda a sua extensão, da dignidade da pessoa humana, de todas as pessoas humanas. O outro: um igual a mim.

Para quando isso será? Irá sê-lo algum dia?

Podia trazer aqui, em superabundância, as declarações, as solenes proclamações, os acordos de princípios assinados nas mais altas instâncias deste mundo, reconhecendo todos – e anunciando e prometendo – mundos e fundos: pleno emprego, erradicação da pobreza, respeito pelas minorias, igualdade de oportunidades, educação, saúde, cultura, habitação para todos – a *Cidadania!*

Onde é que isso já se viu?

Chegados aos seus países, os governantes deste mundo esquecem, invariavelmente, todos os compromissos, traquejados que estão em fazer letra morta das promessas luminosas com que, sistematicamente e por turnos, enleiam os seus eleitorados.

Cidadania plena tem tudo a ver com recursos, com a distribuição deles. A mim não me sai da cabeça aquela revelação feita há anos pelo insuspeito Dr. Bruto da Costa, entretanto desaparecido. Afirmava ele, na TV, que para satisfazer as necessidades da humanidade já na altura seriam necessários 6 planetas Terra.

Terá a humanidade chegado a um beco sem saída? A crer em Hawking, chegou.

Pela natureza das minhas convicções, só posso ser um optimista. Contudo, tendo vivido o que já vivi e olhando de olhos bem abertos à minha volta, tenho que reconhecer, que, mais *suave* ou *menos suave*, mais anémica ou menos anémica, essa coisa da *cidadania*, sob essa designação ou outra, é, vai continuar a ser até sabe-se lá quando, reserva de privilegiados.

Acontece que, aqui, estamos todos incluídos no seu número.

Antes de terminar, permitam-me que evoque – a propósito do Centenário que a Faculdade de Letras vem celebrando em festa – o Professor Óscar Lopes, esse Cidadão modelo, que não hesitou ir até onde a consciência lhe ditava que fosse, esse ser extraordinário, permanentemente aberto ao diálogo, que caminhou a nosso lado como se fosse o mais simples, o mais apagado de nós, e, contudo, reunia em si saberes em tal profusão, extensão e profundidade que não há-de haver aí quem o não reclame como Professor e Mestre, quem o não aponte como exemplo incomparável.

Relevem-me a extensão, o atabalhoamento e o bem provável atrevimento da arenga.

E permitam-me que a dedique a António Borges Coelho, historiador e cidadão, e meu muito querido irmão, nos seus 89 anos.

Bem hajam!

Referências Bibliográficas:

- Bourdieu, Pierre, *Leçon sur la leçon*, (1982), tradução portuguesa: *Lição sobre a Lição*. V.N. Gaia, *Estratégias Criativas*, 1996.
- Histoire de l'humanité - UNESCO*, Volume II - *Antiquité*. Paris, Robert Laffont, 1967.
- Lima, Isabel Pires de, *O Tempo dos 'Inutensílios': o Lugar das Humanidades na Contemporaneidade*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.
- Plínio, o Velho, *Naturalis Historia*, in http://www.latin.it/autore/plinio_il_vecchio/naturalis_historia/!35!liber_xxxv
- Strenger, Carlo, *O Medo da Insignificância: A Procura de sentido no século XXI*, 2ª edição, Alfragide, Lua de Papel-Leya, 2015.

Dicionários:

- Brou, Francisco Pedro, *Lexicon Latino-Portuguez*. Porto, Livraria Portuense de LOPES & Cª – sucessores de CLAVEL & Cª – editores, 1890.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.
- Enciclopédia Einaudi*, Director: Ruggiero Romani, coordenador-responsável para a edição portuguesa: Fernando Gil. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984-2001.
- Fontinha, Rodrigo, *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, revisto pelo Dr. Joaquim Ferreira. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1967.
- Huais, Antônio e Villar, Mauro de Salles, *Dicionário Huais da Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- Huais, Sociedade, *Dicionário Houaiss de sinónimos e antónimos*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.
- Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- Machado, José Pedro, Coordenação de, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1981.
- Pereira, Isidro, S. J. *Dicionário Grego Português e Português-Grego*, 3ª Edição, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1961.



Dirigiu “atéliers” de música de compositores portugueses, na *Semana Coral Internacional de Lisboa*, na *II Semana Coral Internacional de Évora*, no *Festival Internacional “Costa Azul”*, nas *Jornadas Eborae Musica*.

É o autor da música de *Cristóvão Colombo*, o *Enigma* e de *O Velho do Restelo*, de Manoel de Oliveira (a colaboração com Oliveira começou com o arranjo para piano do tema mais recorrente de *Inquietude*).

Fez a revisão, para a editora *Fermata*, das vinte e quatro séries de *Canções Regionais Portuguesas*, bem como da *Primeira* e da *Segunda Cantata do Natal*, de Fernando Lopes Graça (FLG) e 'prefaciou' a edição, pela Casa da Música, de *Aquela Nuvem e Outras*, de FLG e Eugénio de Andrade, com ilustrações de Rogério Ribeiro.

Tem colaborado, frequentemente, com o Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim e, pontualmente, com outras entidades, como o Centro Cultural de Belém, a Câmara de Matosinhos, o Auditório de Serralves, o Festival dos Capuchos, a Casa da Música, bem como, *mutatis mutandis*, com edições discográficas várias, escrevendo *notas* de programa.

Activista sindical e político, antes e depois do 25 de Abril de 1974, foi membro fundador do SPN (Sindicato dos Professores do Norte) e eleito, nas listas da APU e da CDU, nas assembleias municipais de Murça e do Porto (1996 -2013).

Integrou vários conselhos gerais de conhecidas instituições da Cidade em representação de outras e o Conselho de Administração da Sociedade Porto 2001 e da Casa da Música (2006-2013).

Foi-lhe atribuído o Galardão de Mérito Associativo pela Associação das Colectividades do Concelho do Porto, bem como a Medalha de Mérito, Grau Ouro, pela autarquia portuense.

A Universidade do Porto fê-lo Doutor 'Honoris Causa' (2017).



ISBN 978-989-54030-3-5



9 789895 403035